

Original

**AS TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: FORMAÇÃO,
AVANÇOS E PERSPECTIVAS**

Transformations of the Brazilian territory: formation, advances and perspectives

João Henrique Santana-Stacciarini, Mestrando em Geografia, Professor do Departamento de Geografia da, Universidade Federal de Uberlândia (UFU/FACIP)

joastacciarini@hotmail.com

José Henrique Rodrigues-Stacciarini, Doutor em Geografia, Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG/Regional Catalão)

jhrstacciarini@hotmail.com

Recibido: 08/03/2018 – Aceptado: 09/04/2018

RESUMO

O conhecimento das questões que contribuíram para as transformações do território brasileiro ao longo dos últimos cinco séculos é de fundamental importância para os que se dedicam ao estudo da Ciência Geográfica. Todavia, desenvolver tal entendimento, compreendendo as particularidades e nuances que caracterizam e distinguem seus diferentes momentos (formação, avanços e perspectivas) não é tarefa simples. Desta forma, respaldados no Professor Milton Santos – e na sua concepção de que todo espaço é dotado de uma historicidade – o presente trabalho propõe um apanhar cronológico pelos diversos momentos que contribuíram para a evolução do território brasileiro. Assim, ao interpretar os diferentes interesses impostos pelas potências europeias ao, então, Brasil colônia (“Pau Brasil”, Cana-de-açúcar, Mineração, Pecuária Extensiva), bem como as diversas atividades e “políticas públicas” desenvolvidas pelos Governos no período Pós-Independência (Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Militarismo, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, dentre outros), a corrente pesquisa busca estabelecer onde estão as origens da atual conjuntura do território nacional, bem como suas perspectivas para possíveis avanços ou retrocessos.

Palavras-Chave: Historicidade; Análise Geográfica; Território; Brasil

ABSTRACT

The knowledge of the issues that contributed to the transformations of the Brazilian territory over

the last five centuries is of fundamental importance for those who are dedicated to the study of Geographical Science. However, developing such an understanding, understanding the particularities and nuances that characterize and distinguish their different moments (formation, advances and perspectives) isn't a simple task. In this sense, based on Professor Milton Santos - and in his conception that all space is endowed with a historicity - the present work proposes a chronological collection for the several moments that contributed to the evolution of the Brazilian territory. Thus, interpreting the different interests imposed by the European powers to, then, Brazil colony ("Pau Brasil", Sugarcane, Mining, Extensive Livestock), as well as the various activities and "public policies" developed by Governments in the Post-Independence period (Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Militarismo, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, dentre outros), the current research seeks to establish where are the origins of the current conjuncture of the national territory, as well as their prospects for possible advances or setbacks.

Key words: Historicity; Geographic Analysis; Territory; Brazil

INTRODUÇÃO

De antemão, os presentes autores destacam a importância da utilização/investigação de diversas teses, inúmeros conceitos, múltiplos métodos e diversificadas metodologias frente ao estudo de qualquer temática geográfica a ser pesquisada.

Em verdade, o atual momento histórico é revelador de transformações de ordem material e imaterial que refletem expressivamente o constante reelaborar das teorias. Neste caminho, o professor Milton Santos (2000), em sua obra "Por uma Outra Globalização", estabelece que o espaço geográfico em escala global se apresenta cada vez mais "complexo, confuso e confusamente percebido". Deste modo, este emaranhado de acontecimentos que refletem o presente, contribui, de forma expressiva, para o progressivo (re)ordenamento do território sobre diferentes escalas sociais, políticas, e econômicas.

Frente ao exposto, entende-se que o conhecimento das questões que contribuíram para as transformações do território brasileiro ao longo dos últimos cinco séculos é de fundamental importância para os que se dedicam ao estudo da Ciência Geográfica. Todavia, desenvolver tal percepção, compreendendo as particularidades e nuances que caracterizam e distinguem seus diferentes momentos (formação, avanços e perspectivas) não é tarefa simples.

Desta forma, baseados na periodização – a qual o Professor Milton Santos destaca como de eminente importância – enquanto "ferramenta de estudo" fundamental para o entendimento de

qualquer temática geográfica, o presente trabalho caminha por diferentes momentos, investigando quais os resultados impressos por esta “historicidade do espaço” ao longo dos mais de quinhentos anos de transformações no território brasileiro.

Brasil: um território em gestação

Entende-se que o Brasil é “descoberto” a partir da consolidação dos primeiros “Estados Nacionais” (Portugal e Espanha). Naquele momento, ganhava força o “renascimento comercial europeu” e notava-se como plano de fundo, a transição entre a “ordem feudal” para a nascente “ordem capitalista”.

Portanto, ao longo das primeiras décadas de descobrimento, o Brasil colônia propunha – como principal fonte de renda à Portugal – a exploração, via “extração do Pau Brasil”. Este, por sua vez, era retirado do território colonial e exportado para o continente europeu “*in natura*”. Já no “velho continente” a árvore dava origem a móveis de alta qualidade (esculpidos em madeira vermelha), enquanto a remoção de sua resina era utilizada como corante na indústria têxtil – em sucessão as antigas tinturas de “origem terrosa”.

Todavia, o processo de exploração, que por hora se mostrava de alta lucratividade, logo tem seu fim. Isto porque a elevada rentabilidade deste produto em solo europeu causa verdadeira corrida pelo “Pau Brasil” em solo colonial. Como o ciclo natural de crescimento desta espécie vegetal pode durar décadas, não há tempo suficiente para recomposição deste, contribuindo para que a “especificidade” entre em progressivo processo de extinção.

Dentro deste contexto, uma “nova cultura” vai ganhar força, sendo esta a cana-de-açúcar. Vale ressaltar que o império português larga na frente e detém, durante quase três séculos, o monopólio da produção e comercialização de seus derivados, sobretudo pelo estabelecimento de cultivo e engenhos nas ilhas do Oceano Atlântico, bem como, em seguida, a rápida disseminação de plantações no litoral da sua principal colônia – em especial, no nordeste brasileiro (Godoy, 2003).

É tempo de açúcar: ocupação territorial e ascensão das “elites coloniais”

Dentro do contexto produtivo do açúcar, a região nordeste do país – viabilizada por suas características morfoclimáticas (propícias para o cultivo da cana-de-açúcar), bem como sua “proximidade” com o continente Europeu – passa a ser a principal área de interesse e atuação da coroa portuguesa dentro de suas bases coloniais (Prado Jr., 1976).

Nota-se que a produção açucareira do nordeste brasileiro era diretamente vinculada ao mercado externo. Sendo assim, a afirmação da posição subordinada enquanto fornecedor de matéria-prima se reforçava, ainda mais, frente ao fato do açúcar brasileiro, em sua maioria, ser

enviado em formato bruto para ser refinado no continente europeu. Por outro lado, a adaptação do cultivo de cana no nordeste brasileiro foi tamanha, que seu principal derivado, a açúcar, passa de verdadeira iguaria, para produto de consumo cotidiano em território Europeu.

Desta forma, Portugal apostava suas fichas nos senhores de engenhos, lavradores de cana e fornecedores – bem como nas demais etapas/atividades da “precária” cadeia produtiva envolvidas neste processo – acreditando que estes pudessem fixar populações capazes de manter e defender o território colonial. Assim o açúcar ia, rapidamente, se revelando como importante ferramenta de ocupação e colonização – momento em que começam a se desenvolver as raízes da “sociedade brasileira” (Ferlini, 2014).

Embora a monocultura de cana fosse a principal atividade de “reprodução do capital” português de então, a policultura, por sua vez, era mantida em bases menores e tinha como finalidade a reprodução da força de trabalho e a alimentação dos funcionários dos engenhos – sobretudo vinculadas aos proprietários e demais (poucos) profissionais liberais envolvidos no processo.

Por sua vez, a mão de obra escrava – que representava grande parte da força produtiva – “contentava-se” com o mínimo possível, necessário apenas para que estes não morressem sem energia disponível para o trabalho árduo e prolongado (Betto, 1997). Ainda neste sentido, vale pontuar que a sociedade colonial era extremamente polarizada e a ascensão social, quase inexistente. Isto porque, em um momento histórico onde a produção de cana em larga escala era, no Brasil, a principal (se não, a única) capaz de gerar lucros expressivos, a quantidade de terra possuída era, não só, sinônimo de poder financeiro, como também, político (Naritomi, 2006).

Abaixo das classes vinculadas ao engenho e a posse da terra, estavam religiosos, militares, alguns poucos profissionais liberais e, por fim, uma massa de negros vinculados a escravidão – esta que era a principal forma de trabalhado na “indústria” da cana. Para se ter uma ideia, segundo banco de dados da “Organização Internacional não Governamental Voyages”, aproximadamente 5 milhões de escravos africanos desembarcaram no Brasil entre 1500 e 1850 (Viagens, 2018). Destes, cerca de 2,6 milhões em portos do nordeste brasileiro, os quais seguiam, em grande parte, para constituírem como força de trabalho do “Ciclo da Cana”.

Chegando aos locais de destino, estes eram vendidos como mercadorias e, nas fazendas canavieiras, passavam a viver sob completa submissão as violentas relações de trabalho, jornadas de atividades desumanas, precarização na alimentação, ausência de quaisquer direitos, dentre outros – conjuntos este, que contribuía para altas taxas de mortalidade (Schwartz, 1988).

Ainda neste contexto, Corrêa (1986), ao avaliar as questões da “evolução territorial”, apresenta que a colônia brasileira tem seu espaço organizado através de padrão dendrítico – o qual estabelece rotas de fluxos convergentes rumo as cidades litorâneas, onde, geralmente havia um porto de onde saía toda a produção brasileira, com destino a exportação para o continente europeu.

Todavia, com o avanço do tempo histórico e a chegada do século XVII alguns fatores contribuem para o progressivo declínio da produção açucareira no Brasil – sobretudo no Nordeste, região responsável pela maior produção. Neste sentido, diversas nações europeias – como Holanda, Espanha, Inglaterra, França e Dinamarca – desenvolvem o cultivo e a comercialização de açúcar graças a disseminação deste cultivo em suas colônias localizadas no Caribe e em outras regiões do globo.

Outros fatores que contribuem como agravantes para a “crise do açúcar” são o conhecimento da possibilidade de se extrair açúcar de beterraba (o qual passa a ser utilizado em substituição ao produto tradicional), bem como a descoberta de amplas reservas auríferas nos planaltos centrais brasileiros (MG, GO, MT) – vistas pela coroa portuguesa como atividade com maior capacidade de remuneração, frente aos anseios internacionais (Naritomi, 2006).

Sendo assim, em meio a este conjunto de fatores apresentados, dados e estimativas históricas revelavam que, já na primeira metade do século XVIII, as colônias pertencentes as cinco nações europeias supracitadas, respondiam por cerca de 80% do açúcar comercializado em todo o planeta (Canabrava, 1981).

O processo de “interiorização” do Brasil: as feições resultantes das dinâmicas do ouro, café e pecuária

A importância da descoberta de metais preciosos no interior do país – sobretudo na região dos planaltos centrais – é tamanha que, em 1763, a capital brasileira se desloca de Salvador, para Rio de Janeiro – medida que visava um maior controle da metrópole portuguesa sobre a exploração mineral (Naritomi, 2006).

Frente a este contexto, tem-se a constituição das “cidades do ouro”, onde se agregava grande número de pessoas – as quais eram movidas aos “planaltos brasileiros” na esperança pela conquista de grandes fortunas. Diante desta conjuntura, é importante destacar que, embora grande parte da extração aurífera fosse feita através da posse de escravos, a notícia de abundância mineral fez com que muitas pessoas deixassem a Europa e o “Nordeste

Açucareiro” rumo as regiões mineradoras. Portanto, aos poucos, o território brasileiro ia sendo interiorizado.

Vale ainda apontar que em conjunto com a mineração, diversas outras atividades iam surgindo – sobretudo, para servirem de apoio à primeira. Assim, como a infraestrutura para deslocamento rumo as regiões de garimpo eram extremamente limitadas – criou-se uma necessidade de abastecimento do mercado interno destas localidades, ainda que com gêneros básicos.

Diante deste panorama, ofícios como artesões, ferrageiros, construtores, comerciantes, militares, agricultores, pecuaristas, artistas e profissionais liberais, dentre outros, ampliavam-se progressivamente e davam origem as primeiras grandes aglomerações (cidades) do interior brasileiro.

Com o passar das décadas de intensa exploração, as reservas minerais vão, progressivamente, se “esgotando” – fim do século XVIII. Em contrapartida, no cenário internacional, ganha força o movimento que ficou conhecido como “renascimento agrícola”. Desta forma, Moreira (1991) aponta que a atividade da pecuária extensiva se renova e avança sobre novos espaços, permitindo que esta interligue a caatinga aos pampas gaúcho, passando pelo cerrado dos planaltos centrais.

Seguindoeste caminho interpretativo, ainda que amplamente vinculado aos interesses do capitalismo europeu, o território brasileiro, paulatinamente, ia sendo penetrado. Neste momento, é importante ressaltar que, com o processo de independência do Brasil (1822) agora era a Inglaterra, recém industrializada, que exercia forte influência sobre o território nacional, financiando diversas infraestruturas como portos, pontes, ferrovias, dentre outras.

Também sobre influência da Inglaterra, ocorre, no Brasil, a aprovação das Leis de Terras e Abolição do Tráfico Negreiro – ambas em 1950. Sobre tais fatos, é importante pontuar que estas caminham no sentido de inverter uma situação, buscando manter uma mesma lógica de exploração. Para exemplificar, se até 1850 a terra era “relativamente” livre e a mão-de-obra está caminhando para uma alusiva liberdade, após este período, a lógica se opõe.

Isto por que, agora “libertos”, os escravos sequer podem ocupar as terras devolutas, que nesta ocasião passam a ser protegidas pela Lei de Terras (1850), sendo então incapacitados de produzirem rendas – fatores que continuam ampliando as desigualdades entre as diferentes etnias e classes sociais (Guimarães, 1968).

A estes, soma-se ainda as “políticas públicas” do governo brasileiro que vão incentivar a chegada de imigrantes “brancos” (italianos, alemães, espanhóis, etc.) para trabalhar nas

lavouras de café. Além de serem vistos como mão-de-obra em substituição à escravidão, estes contribuíram para o processo de “branqueamento da população” – medida que ficou conhecida como “Darwinismo Social” (Petroni, 1980).

Todavia, condicionados aos duros encargos das atividades diárias, muitos foram os imigrantes que morreram picados por animais peçonhentos, por acidentes de trabalho, bem como os que se mantiveram como trabalhadores de baixa remuneração durante toda uma vida. Vale ainda destacar que este momento histórico é representativo daquilo que se ficou conhecido como política do “Café com Leite”. Esta, por sua vez, é característica das interferências estatais, através das “Políticas Públicas”, em benefício das elites socioeconômicas – que naquele momento eram representadas pelos grandes plantadores de café (São Paulo) e produtores de leite (Minas Gerais).

Todavia, com a crise Internacional do Sistema Capitalista – “Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque” em 1929 – grandes transformações são sinalizadas para o território brasileiro. Neste contexto, quanto ao nível político, uma nova classe comandada por Getúlio Vargas chega ao poder substituindo as antigas lideranças que até então eram representantes do “Café com Leite” da Velha República (Alencar, 1980).

A Industrialização: em tempos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek o território brasileiro ganha novas feições

Getúlio Vargas assume o poder federal com a promessa de industrializar o país e defender os trabalhadores. Apoiado pelas classes urbanas ligadas aos setores da indústria nascente, bem como das classes vinculadas aos setores do comércio e serviços das poucas “grandes” cidades existentes, Getúlio estabelece, durante o ano de 1933, um modelo de industrialização, o qual tinha, como objetivo central, substituir as importações de bens de consumo simples como chapéus, tecidos e talheres – sendo que até mesmo estes, naquele momento, eram importados da Inglaterra.

Inicia-se, deste modo, o desenvolvimento industrial do Centro-Sul, que será responsável por moldar novas feições ao território brasileiro e (re)definir uma divisão regional do trabalho na economia nacional – antes caracterizada pelos arquipélagos regionais (Oliveira, 1983). Ainda neste sentido, com o crescimento dos centros urbanos, nota-se uma importante alteração das relações cidade-campo.

Dentre os principais marcos geopolíticos do Governo Vargas, destaca-se a ânsia pela ocupação do interior do país, projeto que fica reconhecido como “Marcha Para o Oeste”. Fruto deste

momento histórico, tem-se o planejamento e execução de uma nova capital no Estado de Goiás – surge então, em meio ao planalto central brasileiro, o município planejado de Goiânia (1933). Ainda em meio a esta preocupação com o planejamento do uso e ocupação do território, tem-se a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que ocorre um ano após a implementação da capital goiana. Diante deste contexto, o órgão vai ser responsável pela realização da primeira regionalização do Brasil – naquele momento, fortemente vinculada as concepções de “Região Natural” da Geografia Francesa.

Seguindo este caminho, já na década de 1950 – contanto com aproximadamente 36% da sua população total residindo em áreas urbanas – o Brasil “ensaiava” o movimento que mais tarde se consolidaria como “êxodo rural”. De fato, os sucessivos governos que substituem Vargas, seguem com “as políticas públicas” de urbanização e industrialização do país.

É importante ressaltar que, dentro do “Período Vargas”, e mais tarde com Juscelino Kubitschek (1956 – 61), a ampliação das atividades fabris vão se apoiar nos setores da indústria pesada, eletricidade e infraestrutura – este último pautado, sobretudo, na expansão das rodovias e a recente propagação do ideário sobre a importância representada pelo automóvel (Vesentini, 1992).

Por sua vez, durante o Governo de Kubitschek, destaca-se o lançamento do “Plano de Metas”. Baseado no *slogan* desenvolvimentista intitulado de “cinquenta anos em cinco”, Juscelino executa sua mais “ambiciosa” conquista, a construção de Brasília (“a capital da geopolítica”) – inaugurada em 1960. Pautado em empréstimos internacionais, o país passa por uma abertura das fronteiras, agora disponíveis para chegada do capital multinacional.

Como resultado deste processo, nota-se, ao longo das décadas seguintes, o crescimento da industrialização e do êxodo rural. Fluxos migratórios direcionados de cidades menores para os centros urbanos hegemônicos – como as Metrôpoles de São Paulo e Rio de Janeiro – também são bastante significativos. Em contrapartida, há uma ampliação exponencial do endividamento externo – fruto de empréstimos adquiridos em fundo internacionais para financiar tais medidas.

O Militarismo: da preocupação territorial às grandes obras

Em primeiro de abril de 1964 é instaurada a Ditadura Militar Brasileira. Ao longo das décadas de 1960 e 70, o país torna-se detentor de um dos maiores parques industriais do planeta – o qual se estabelecia, sobretudo, no eixo da tríade Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Tal momento, onde importante crescimento econômico foi observado, ficou conhecido como “milagre econômico” (conforme nomenclatura atribuída pelos próprios militares). Pautado no

capital internacional (via empréstimos) os governantes movimentavam a economia, principalmente, através da construção de “obras faraônicas” como grandes pontes, rodovias, usinas hidroelétricas e nucleares, estádios de futebol, dentre outras.

Todavia, em conjunto ao importante crescimento econômico, tem-se a restrição dos direitos políticos da população brasileira. Pessoas que se mostravam avessas as políticas ou normas do regime sofriam forte censura – que poderia evoluir ao exílio (a exemplo do geógrafo Milton Santos), tortura ou, até mesmo, morte.

Entende-se ainda que, de forma semelhante a períodos anteriores da construção territorial brasileira, o modelo concentracionista/desigual, tanto no campo, quanto na cidade, continua. Nesta direção, grandes corporações vinculadas ao regime “adquirem” (ou ganham?) vastas porções territoriais nas regiões de fronteiras agrícolas – sobretudo na região do domínio amazônico, localizada na parcela noroeste do país (Abramovay, 1992).

Como força de trabalho necessária para esta expansão, é incentivada a migração de trabalhadores nordestinos. Estes seguem rumo ao domínio amazônico em busca de melhores oportunidades – que superem as tradicionais dificuldades morfoclimáticas/econômicas, historicamente enfrentadas pelos habitantes desta macrorregião brasileira. Entretanto, diante da ausência de políticas públicas para o atendimento destes, milhares de migrantes, acabam sendo acometidos pela miséria.

Ainda sobre este contexto é importante destacar que as décadas de 1960 e 1970 são marcadas pelo movimento que ficou conhecido como “modernização da agricultura”. Sobre tal etapa, nota-se forte legitimação do Governo Militar em benefício dos grandes produtores – que eram “agraciados” com importantes financiamentos para a aquisição de “pacotes tecnológicos” internacionais.

Dentre as principais transformações que se espalharam pelo território rural brasileiro deste momento, destaca-se a crescente utilização de mecanização, fertilização e defensivos agrícolas (Bernardes, 2013). Como resultado, nota-se a ampliação do desmatamento e da propagação de grandes latifúndios. Ainda neste sentido, com o aumento da mecanização e da concentração de terras, inúmeros trabalhadores são “expropriados” do campo e agora seguem para as periferias dos centros urbanos – que passam a acolher 56% de toda a população do país durante a década de 1970 (Damiani, 2006).

Prosseguindo rumo aos anos de 1980, nota-se que o crescimento produzido pelo Regime (embora concentrado nas mãos de poucos), já não seguia o mesmo ritmo. Os “anos dourados” (do “milagre econômico”) dão lugar aos longos anos da “década perdida” (1980). Desta forma o,

já apresentado, endividamento externo, que nas décadas passadas garantiu a manutenção de números positivos para economia brasileira, agora cobrava seu alto preço e impunha como resultado uma alta dívida pública, inflação ascendente, juros crescentes e perda de credibilidade no cenário internacional.

A redemocratização: histórico de desigualdades sociais e políticas de privatização

Em meio a grandes dificuldades econômicas, a Ditadura Militar Brasileira “se encerra” em 15 de março de 1985. Dentre os principais problemas deixados ao longo deste período, destaca-se a perpetuação das desigualdades sociais e da miséria além, ainda, da ampliação dos latifúndios, da concentração de renda e da corrupção.

Nesta conjuntura elitista, Fernando Collor de Mello, primeiro Presidente eleito –após vinte e cinco anos sem consultas diretas – alcança a presidência e inicia seu mandato anunciando políticas de privatização que beneficiavam o capital “neoliberal” globalizado. Todavia, denúncias de corrupção generalizada findam seu governo – que dura apenas dois anos e é interrompido após renúncia presidencial.

Assim, ao longo de meados da década de 1990, o Brasil guardava uma grande contradição, uma vez que, apesar de ser uma das maiores economias do planeta, ainda figurava ao lado de países como Índia, Bangladesh, Paquistão e Indonésia entre um dos países recordistas em número de habitantes “miseráveis” – fruto de intensa desigualdade social.

Para se ter uma ideia, dados estatísticos vinculados ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam para a existência de cerca de 32 milhões de miseráveis no Brasil de então. Dentro deste cenário de exclusão é importante destacar que aproximadamente 30% dos indigentes urbanos viviam apenas nas nove regiões metropolitanas brasileiras (Andrade, 1997).

Já em 1995, com a chegada do sociólogo e ex – Professor Universitário Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao poder, algumas “reformas neoliberais” – que não conseguiram se efetivar no Governo Collor – agora são concretizadas. Dentre estas, destaca-se a privatização de empresas estatais com grande reconhecimento nacional como a Companhia de Mineração Vale do Rio Doce (VALE) e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Telebras).

Ainda em meio a esta conjuntura é importante apontar que os anos noventa (1990) terminam com cerca de 80% da população residindo nos centros urbanos. Destes, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, destacam-se em termos populacionais, contando com aproximadamente 18 milhões, 11 milhões e 4 milhões de habitantes, respectivamente (Ibge, 2018).

O Século XXI: desdobramentos e perspectivas

Logo no início do século XXI (2002), tem-se início o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), onde são observadas algumas importantes conquistas. Com a popularização do programa Bolsa Família, cerca de 45 milhões de pessoas, antes carentes de necessidades básicas, passam a ter acesso a condições mais dignas de vida, sobretudo as crianças, que agora são obrigadas (em troca do benefício) a frequentarem a escola e desenvolverem um acompanhamento básico de vacinação e saúde (Mds, 2018).

Neste caminho, outras variáveis podem ser apontadas como de fundamental importância durante os quatorze anos (2002 – 2016) de governo do Partido dos Trabalhadores a frente da presidência do país. Dentre elas, no ramo da educação, destaca-se a criação de dezoito novas Universidades Federais e centenas de Institutos Federais Tecnológicos de Educação. Ainda neste sentido, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) apontam para a existência de 2.407 instituições de educação superior (IES) no Brasil, as quais acolhem, atualmente, cerca de oito milhões de estudantes matriculados (Inep, 2018).

Seguindo este caminho interpretativo, dados do IBGE revelam que milhões de brasileiros, apoiados na crescente “popularização” do ensino, bem como nas melhorias dos níveis de empregabilidade e dos respectivos ganhos no poder de compra salarial, deslocam-se rumo a classe média, que agora atinge aproximadamente 113 milhões de brasileiros (durante o ano de 2014). Assim, é importante apontar que ao longo do intervalo dos anos 1992 à 2014, aproximadamente 70% dos brasileiros passaram a obter um nível de renda proporcionalmente superior. Durante o mesmo período, cerca de 25 milhões de pessoas saem da linha de pobreza.

Todavia, apesar de importantes avanços, os privilégios a grandes grupos empresariais ainda se sobressaem aos programas sociais. A exemplo disto, durante o ano de 2015, o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, destina 190 bilhões de reais aos grandes grupos do Agronegócio atuantes no território brasileiro. Tal valor representa 6,5 mais que os 29 bilhões destinados para a agricultura familiar e sete vezes os 27 bilhões direcionados para o Programa Bolsa Família – sendo este último, responsável pelo acolhimento de 46 milhões de brasileiros (Mda, 2018).

Por fim, para piorar a já frágil situação econômica/social que se encontram diversos grupos populacionais brasileiros, no dia 12 de maio de 2016, Michel Temer torna-se presidente do país – através de um conturbado (e impopular) processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff.

Assim, contanto com o apoio de grandes grupos empresariais – e provavelmente julgando sua impossibilidade de reeleição, devido sua baixíssima popularidade – Temer aproveita para aprovar medidas que vão se estabelecer como “duro golpe” nas recentes conquistas sociais e trabalhistas. Dentre estas, destaca-se as Reformas do Ensino Médio, a Reforma Trabalhista, a mudança na “Lei de Combate ao Trabalho Escravo”, as quais vão se traduzir em cortes de direitos trabalhistas e piora da qualidade de vida para milhões de brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. De encontro com o que foi apresentado no presente trabalho, entende-se que diversos foram os momentos e fatores que contribuíram para a atual conjuntura do território nacional. Desde o “descobrimento” do Brasil, então colônia portuguesa, nosso território já se via sobre forte influência das potências europeias. Nos primeiros séculos de colonização, a exploração do “Pau Brasil” na região litorânea, o plantio de cana nos latifúndios do Nordeste açucareiro e a extração de vastas quantidades de riquezas minerais nos planaltos centrais estiveram entre as principais atividades indutoras das transformações do território brasileiro – que aos poucos ia criando suas “raízes”.
2. Com o período de independência, o “renascimento agrícola” e a industrialização vão se estabelecer como as atividades dominantes das transformações do espaço geográfico brasileiro. Se antes o gerenciamento do território estava diretamente vinculado a Portugal, agora é a Inglaterra – recém industrializada e potência econômica mundial – que tem forte influência sobre a indução das políticas de desenvolvimento territorial no país.
3. Por sua vez, o crescente movimento de mecanização do campo e industrialização das metrópoles brasileiras, ao longo das décadas de 1960, 70 e 80, provocam profundos abalos nas estruturas socioterritoriais do país. Se em 1950 apenas 36% da população residia nas cidades, no início da década de 1990 este número salta para 74% – dinâmica que causa um verdadeiro “inchaço” das periferias urbanas.
4. Neste sentido, nota-se que esta rápida transição demográfica (rural – urbano) vai resultar em uma ocupação desordenada das cidades – as quais não conseguem executar, com eficiência (na figura de seus gestores), um planejamento urbano acolhedor e igualitário (Maricato, 2006). Como resultado deste processo, observa-se múltiplos impactos, como o descarte incorreto do lixo, poluição das águas, solo e ar, inundações, deslizamentos, congestionamentos, escassez de recursos hídricos, produtos e energia, dentre outros.

5. Ainda sobre o processo de urbanização, o IBGE aponta para que, atualmente, cerca de 85% da população reside nas cidades. Outro dado que chama a atenção é o fato de aproximadamente 45% de toda a população brasileira estar concentrada nas, apenas, vinte e seis regiões metropolitanas do país. Em contrapartida, 21% dos municípios brasileiros (1.178) – comumente, com menos de 50 mil habitantes – passaram por um “encolhimento demográfico” ao longo do ano de 2014 – processo relacionado, em geral, com a migração rumo aos grandes centros e/ou pela redução das taxas de fecundidade.
6. Por fim, ao avaliar as paisagens rurais do país, entende-se haver uma constante ampliação do número de empresas multinacionais que atuam no gerenciamento de porções do território nacional. Isto por que, tais grupos, buscando a produção de *commodities* agrícolas, destinam vultosos investimentos para a instalação e/ou anexação de complexos agropecuários no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R. (1988). O que é fome. São Paulo: Brasiliense.
- Alencar, F. (1980). História da Sociedade Brasileira. São Paulo: Embrapa News.
- Alentejano, P. (2003). As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. São Paulo: Terra Livre.
- Andrade, M. (1997). A Geografia e a Questão Social. Recife: EDUFAL.
- Bernardes, J. (2013). Espaço e energia: mudanças no setor sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Betto, F. (1997). In: L. Vieira. Cidadania e Globalização. (pp. 09-13). Rio de Janeiro: Record.
- Canabrava, A. (1981). O açúcar nas Antilhas: 1697-1755. São Paulo. Instituto de Pesquisas Econômicas.
- Corrêa, R. (1986). Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática.
- Damiani, A. (2006). Cidades Médias e Pequenas no Processo de Globalização. San Pablo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Ferlini, V. (2014). Sociedades Açucareiras no Mundo Ibérico. Florianópolis: XXVIII Simpósio Nacional De História.
- Godoy, M. (2003). Cana-de-açúcar e tradição: breve ensaio sobre o evoluir histórico do setor canavieiro de Minas Gerais. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez.
- Guimarães, A. (1968). Quatro séculos de latifúndio. São Paulo: Paz e Terra.

Ibge. (2018). Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado em 25 de Janeiro de 2018 de <https://www.ibge.gov.br/>

Inep. (2018). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado em 10 de Fevereiro de 2018 em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206

Maricato, E. (2006). O Planejamento Urbano e a Questão Fundiária. Rio de Janeiro: Ciência Hoje.